

A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA ALÉM DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL¹

THE PERMANENCE OF STUDENTS IN HIGHER EDUCATION BEYOND THE STUDENT ASSISTANCE

Maria das Graças Martins da Silva²

Patrícia Simone Nogueira³

RESUMO: O texto analisa indicadores sobre a permanência na educação superior, bem como explora as ideias que lhe fundamentam. Para cumprir o objetivo, utiliza pesquisa documental (produção de textos e legislação) e dados estatísticos com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados apontam que de 2007 em diante, mesmo considerando o aporte crescente de recursos, a taxa de concluintes vem declinando, o que no texto é examinado no contexto das políticas educacionais. Na produção textual, por sua vez, prevalecem os estudos sobre estudantes em situação de vulnerabilidade e o reconhecimento de que a assistência estudantil é vital para a trajetória acadêmica. Conclui-se que a permanência é passível de ser abordada sob dois ângulos, sem oporem-se: como assistência material e pedagógica aos carentes economicamente e/ou discriminados socialmente e como ações institucionais qualificadoras para o universo dos discentes.

PALAVRAS-CHAVE: educação superior, acesso, permanência, assistência estudantil.

ABSTRACT: The paper analyzes indicators of permanence in higher education, as well as explores the ideas that underlie it. To perform the objective, uses documentary research (production of texts and legislation) and statistical data, based

¹ Este estudo fez parte de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas de Educação Superior (GEPDES/UFMT), do qual participa o autor, e integram as pesquisas intituladas: “Acesso e permanência no processo de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB”, financiada pelo CNPq; “Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil”, financiada pelo OBEDUC; “Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB”, que envolve pesquisadores de quatro regiões do país, vinculados à Rede Universitas BR; e “Políticas de Educação Superior no Brasil pós-LDB/1996: impactos na Região Centro-Oeste com enfoque no ingresso e permanência”, financiada pela FAPEMAT.

² Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. gracams2@hotmail.com

³ Mestre em Educação. Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. patricianogueira.ppj@gmail.com

on Anísio Teixeira National Institute of Studies and Educational Research (INEP). The results show that from 2007 onwards, even considering the contribution of resources, the graduates' rate is declining, what, in the paper, is examined in the educational policies' context. In textual production, in turn, prevail the studies on students in a vulnerable situation and the recognition that student assistance is vital to academic trajectory. It concludes that the permanence is likely to be approached from two angles, without oppose, as materials and pedagogical assistance to economically disadvantaged and/or socially discriminated and as qualifying institutional actions for the students' universe.

KEYWORDS: higher education, access, permanence, student assistance.

A permanência do estudante na educação superior pode ser atribuída a diversos fatores: a experiências pessoais que antecedem o ingresso, ao que se apresenta no percurso acadêmico (questões de âmbito institucional ou não), ao que se tem como projeção de vida futura, entre tantos outros. Para tornar mais complexa essa questão, é possível que os fatores causais se relacionem, sem uma responsabilidade exclusiva.

A problemática, pois, abrange uma teia de elementos, de várias ordens. Mapeá-los ou dimensioná-los comporta incertezas e complexidades que devem ser levadas em conta nos estudos e nas intervenções políticas e pedagógicas.

Cabe, ainda, considerar que, eventualmente, “não permanecer” pode não significar para o estudante perda ou fracasso, mas, sim, mudança com sentido de nova experiência ou conquista.

A luz dessa abrangência, o presente texto propõe-se a analisar as principais ideias que fundamentam o entendimento de permanência na educação superior. Na pesquisa realizada há um destaque para a realidade das universidades federais, tendo em vista a centralidade da política de permanência nesse âmbito e a vivência profissional das pesquisadoras em tal espaço.

O estudo utiliza pesquisa documental, destacando a produção de textos acadêmicos sobre o tema da permanência, bem como a legislação vinculada. Para fins de pesquisa, as duas fontes são consideradas documentais por caracterizar obra autoral escrita ou, de outra parte, normatização instituída. Na coleta dos textos acadêmicos não havia intenção de realizar propriamente um estado do conhecimento (ou estado da arte), visto que não se produziu uma categorização sobre a produção pesquisada, delimitada no tempo. Especificamente na busca em livros e artigos procedeu-se a um caminho aberto, alea-

tório, trilhado de acordo com as possibilidades de identificação da produção, inclusive tendo em vista a sua dispersão em veículos de publicação. Na busca em teses e dissertações foi consultado o portal Domínio Público (biblioteca digital do Ministério da Educação).

Além disso, vale-se de dados estatísticos, sobretudo, com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Retratos da educação superior: uma aproximação à questão da permanência

O marco do debate da permanência do estudante na educação superior liga-se ao preceito legal da assistência estudantil, aprovado no ano de 2007. Com o argumento de promover a permanência do estudante, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Decreto nº 7.234/2007), fomenta os recursos destinados à assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino (IFES). Em 2008, as universidades federais foram contempladas com R\$ 101.192.402,16; já em 2012, o recurso se elevou para R\$ 603.787.226,19⁴, o que representou um aumento de 496,67%.

Destaca-se, ainda, que o orçamento das universidades federais passou de 6,4 bilhões, em 2003, para 25,9 bilhões em 2012, aumento excepcional, sobretudo, com repercussão na expansão de instituições, vagas e matrículas, com base na implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a partir de 2007 (ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, 2012).

No entanto, pesquisas mostram que, apesar de aumentar o investimento, a taxa de concluinte do estudante não resulta em dados positivos no período seguinte a tais medidas (VARGAS; PAULA, 2011). O fato incita a que se investiguem os elementos implicados na questão do abandono dos estudos, o que comporta uma extensão de possibilidades explicativas, porque se conecta a aspectos sociais, políticas públicas vigentes, ações localizadas no plano institucional, peculiaridades do processo pedagógico, decisões de caráter pessoal dos estudantes, entre tantos outros.

Para uma primeira aproximação ao que se discute cabe atentar a dados afetos a vagas, inscritos, ingressos e concluintes das universidades federais, de modo a vislumbrar sua evolução, em série histórica.

A Tabela 1, a seguir apresentada, adota o ano inicial de 1998, visto que é a partir de 1995 que dados da educação superior foram disponibilizados

⁴ Painel de Controle do MEC, na *home page* do MEC, com acesso em fevereiro de 2014.

pelo INEP, tornando possível calcular a taxa de concluintes, obtida a partir número de concluintes transcorridos quatro anos após o seu ingresso. Os dados são atualizados até 2013, tendo em vista a última publicação do INEP, até o momento da realização do levantamento.

Tabela 1. Vagas, inscritos, ingressos e concluintes nas universidades federais no Brasil, de 1998-2013

| Ano | Vagas | Inscritos | Ingressos | Concluintes | Taxa de concluintes |
|------|---------|-----------|-----------|-------------|---------------------|
| 1998 | 86.864 | 813.118 | 85.377 | 50.906 | 73,17 |
| 1999 | 90.937 | 888.472 | 90.327 | 56.794 | 75,97 |
| 2000 | 112.826 | 1.085.270 | 110.173 | 56.070 | 67,62 |
| 2001 | 110.928 | 1.092.247 | 108.827 | 62.385 | 73,07 |
| 2002 | 113.263 | 1.126.126 | 111.841 | 68.001 | 75,28 |
| 2003 | 109.184 | 1.151.332 | 108.466 | 78.454 | 71,21 |
| 2004 | 109.802 | 1.171.720 | 108.953 | 82.761 | 76,05 |
| 2005 | 116.348 | 1.179.439 | 114.833 | 83.020 | 74,23 |
| 2006 | 132.203 | 1.188.194 | 130.285 | 80.095 | 73,84 |
| 2007 | 139.875 | 1.188.613 | 136.834 | 84.674 | 77,72 |
| 2008 | 150.869 | 1.234.479 | 145.062 | 79.764 | 69,46 |
| 2009 | 186.984 | 1.177.317 | 184.708 | 86.348 | 66,28 |
| 2010 | 218.152 | 1.936.658 | 222.126 | 88.106 | 64,39 |
| 2011 | 231.530 | 2.977.983 | 224.950 | 92.429 | 63,72 |
| 2012 | 239.942 | 3.804.214 | 238.594 | 89.709 | 48,57 |
| 2013 | 245.933 | 4.235.198 | 233.693 | 99.343 | 44,72 |

Fonte: INEP/MEC.

Em relação às vagas, nota-se que a partir de 2003/2004 os números indicam um crescimento ininterrupto, com destaque para 2007 adiante (de 2007 a 2013 houve uma ampliação de 75,82% das vagas), inferindo-se que isso se deve ao impacto dos programas de expansão das universidades federais, sobretudo o REUNI.

No período estudado, de 1998 a 2013, os inscritos apresentam um crescimento de 420,86%, ao passo que os ingressantes configuram 173,72%. Cabe destacar que no período de 2009-2010 e de 2010-2011 houve crescimento 64,50% e 53,77%, respectivamente, no número de inscritos. Esse aumento, possivelmente, ocorreu devido à implantação, em 2010, do Sistema de Seleção

Unificada (SISU), que promoveu um número mais elevado de inscritos, seja pela abrangência nacional do processo seletivo das universidades federais ou pela gratuidade na inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para o segmento dos estudantes concluintes do ensino médio em escola da rede pública e para membro de família de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Já a ampliação de ingressantes ocorre nos anos de 2008-2009 (27,33%) e de 2009-2010 (20,26%), em decorrência do crescimento de vagas no citado período.

Os concluintes, por sua vez, podem ser avaliados pela taxa respectiva, como antes explicado, calculada pelo número de concluintes, tendo transcorrido quatro anos do seu ingresso. Ao verificar a série histórica, tem-se que de 1998 a 2006 há uma oscilação entre o percentual mínimo de 67,62% (ano 2000) ao máximo de 75,28% (ano 2002). Em 2007, apresenta-se o pico (77,72%), certamente, ainda não resultante das medidas do PNAES e do REUNI (ambos criados nesse ano).

De todo modo, tem-se o fato marcante de que de 2007 em diante, mesmo considerando o aporte crescente de recursos, a taxa de concluintes vem declinando, e o destaque a essa questão importa porque se trata do percurso acadêmico finalizado do estudante. Em 2013, chega aos impressionantes 44,72%. A tendência de queda no quesito induz a acreditar que o crescente investimento de verbas não é capaz de, por si, impactar positivamente sobre o número de estudantes concluintes. Provavelmente, as respostas precisam considerar o conjunto das políticas de ingresso, expansão e permanência.

Ainda sobre a taxa de concluintes dos cursos de graduação presencial é oportuno observar a evolução por categoria administrativa e por organização acadêmica, o que pode ser vislumbrado na Tabela 2.

Tabela 2. Taxa de concluintes dos cursos de graduação presenciais, segundo a categoria administrativa e organização acadêmica no Brasil, de 2002-2013

| Períodos | Total | | Universidades | | Centros Universitários | | Faculdades | | CET/FaT/ IF/CEFET | |
|-----------|---------|---------|---------------|---------|---------------------------|---------|------------|---------|----------------------|---------|
| | Público | Privado | Pública | Privada | Público | Privado | Pública | Privada | Público | Privado |
| 2002/2005 | 69,72 | 56,49 | 72,92 | 60,22 | 51,02 | 68,50 | 56,93 | 45,48 | 51,86 | 62,97 |
| 2003/2006 | 68,55 | 55,60 | 71,85 | 59,22 | 47,14 | 70,31 | 60,82 | 44,94 | 36,51 | 78,74 |
| 2004/2007 | 67,38 | 55,45 | 70,59 | 61,63 | 62,72 | 55,57 | 59,21 | 48,99 | 32,27 | 55,97 |
| 2005/2008 | 65,04 | 55,26 | 67,34 | 61,75 | 70,88 | 55,16 | 65,57 | 52,30 | 70,02 | 45,26 |
| 2006/2009 | 63,15 | 55,52 | 65,32 | 61,11 | 47,50 | 58,45 | 68,54 | 49,17 | 23,17 | - |
| 2007/2010 | 59,77 | 55,00 | 61,94 | 55,57 | 39,80 | 64,31 | 72,88 | 50,71 | 23,86 | - |
| 2008/2011 | 55,21 | 44,08 | 56,99 | 42,06 | 37,86 | 47,15 | 54,48 | 44,68 | 31,77 | - |
| 2009/2012 | 51,38 | 58,23 | 57,72 | 53,63 | 126,81 | 65,27 | 68,29 | 59,64 | 27,69 | - |
| 2010/2013 | 50,48 | 52,78 | 51,28 | 50,44 | 74,79 | 57,38 | 57,11 | 52,98 | 28,80 | - |

Fonte: Adaptado pelas autoras (Apresentação realizada por VELOSO, 2013, INEP/MEC)

Em relação ao setor público, verifica-se que a taxa de conclusão traz um quadro de queda contínuo, começando com 69,72%, em 2002/2005, e caindo para 50,48%, em 2010/2013. No setor privado, mantém-se certa regularidade no período, em torno de 55%, exceto em 2008/2011, cujo índice foi de 44,08%.

Os indicadores informam que as universidades públicas apresentam taxas de concluintes que caem sistematicamente (72,92%, em 2002/2005; 51,28%, em 2010/2013), assim como no setor privado, embora ali de forma menos enfática (60,22%, em 2002/2005; 50,44%, em 2010/2013). Igualmente, como destaque, os institutos federais de ensino tecnológico indicam oscilação e queda drástica no último período examinado (51,86%, em 2002/2005; 70,02%, em 2005/2008; 27,69% em 2009/2012).

É, assim, possível constatar, no que se refere à taxa de concluintes, que há um nó a ser desvendado em relação ao setor público, visto que os números impactam e preocupam.

Nessa linha, sondando elementos explicativos, é interessante atentar ao número de concluintes do ensino médio e ao de vagas e inscritos na educação superior.

Nota-se o contraste entre egressos do ensino médio das escolas pú-

blicas e privadas, que, em 2012, indicava 85,30% e 14,70%, respectivamente. Em números absolutos são 1.897.760 estudantes egressos no setor público e 327.008 no setor privado. Os dados apontam que o caminho “natural” da maioria dos egressos, por sua origem escolar, seria a educação superior pública. Entretanto, nesse nível de ensino, segundo o ano de 2013, há uma inversão: tem-se 15,33% de vagas no setor público e 84,67% no privado.

Em termos de ocupação de vagas na educação superior, os dados mostram que no setor público tem-se 86,93% de vagas ocupadas e no setor privado 51,47% (INEP/MEC, 2013).

Pelos números apresentados é possível vislumbrar a realidade excludente do sistema de educação superior, estruturado de forma a não contemplar a demanda majoritária. Isso pode ser analisado em relação ao processo de ingresso nesse nível de ensino, no entanto, sua repercussão sobre a permanência deve ser considerada, de igual forma.

São dados reveladores, ainda:

- O percentual de jovens de 18 a 24 anos na educação superior soma 14,4% (IBGE, 2011), o que permite vislumbrar o tamanho do desafio em relação à expansão do sistema, sem perder de vista a demanda por educação pública;

- 43% é o percentual de jovens de 18 a 24 anos que trabalham e possuem renda de até 1 salário mínimo (IBGE, 2012), mostrando que há uma legião de jovens em situação de carência material, o que, de certo, interfere na decisão do seu ingresso e das chances de permanência na educação superior;

- Do total das matrículas no Brasil, tem-se 11,09% no setor público no período noturno, ao passo que no setor privado, no noturno, são 51,97% (INEP, 2013). Está, assim, posto o desafio para o setor público expandir-se no noturno com vistas a atender os que necessitam trabalhar, e, para os que já inseridos no sistema, o desafio de promover a conciliação entre estudo e ocupação profissional;

- O percentual de negros e pardos nas instituições federais de ensino é de 30%, ainda que esse grupo represente 51% da população brasileira (RISTOFF, 2013), o que indica a necessidade de uma política de ingresso e de permanência articuladas, de vulto e em constante avaliação.

Diante do quadro gerador e revelador de contradições, assumem importância as pesquisas que abordam essa realidade por suscitarem aspectos da realidade, por vezes, pouco esclarecedores pela mera observação dos números.

Panorama das pesquisas acadêmicas sobre permanência

A produção de pesquisas que versam sobre a permanência integra os estudos de Araújo (2012), permitindo-lhe identificar quando, na linha do tempo, a mesma se torna mais evidente:

A ênfase na categoria permanência na educação superior ocorre no Brasil após a expansão significativa de cursos e instituições nos anos 1990 na esfera privada e mediante a instauração de políticas públicas voltadas à expansão da educação superior nas instituições públicas, a partir dos anos 2000. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre a permanência foi o desenvolvimento de políticas focais que acentuaram a importância do acesso e da permanência das chamadas minorias qualitativas, a partir da perspectiva da inclusão. (ARAÚJO, 2012, p. 4).

Araújo (2012) ainda explica que o tratamento conceitual da permanência não é localizado na literatura consultada; no entanto, percebe que se associa a manutenção do estudante ao longo do curso, até integralizá-lo. Destaca que a permanência pode ser traduzida por uma diversidade de situações, que indicam alterações no percurso, a exemplo de permanecer não necessariamente no curso de ingresso (em outro curso ou em outra IES) ou permanecer além do período de integralização de um curso.

O presente estudo apurou textos sobre permanência do estudante da educação superior. Segundo o portal Domínio Público (biblioteca digital do Ministério da Educação), utilizando a palavra-chave “permanência”, no nível de Mestrado, há 47 dissertações, das quais cinco se referem à educação superior. No nível de Doutorado, se apresentam seis teses, sendo duas relacionadas à temática em pauta.

Os títulos das sete teses e dissertações que lançaram permanência como palavra-chave são a seguir descritos, segundo a produção de 2008 a 2010:

- Políticas educacionais: a trajetória de estudantes para o acesso à educação superior (MESADRI, 2008);
- Políticas de Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006) (CAVALCANTE, 2008);
- O perfil étnico-racial dos (as) ingressantes de 2009 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: uma contribuição para a análise, proposição e implementação de medidas de ações afirmativas (DUARTE, 2010);
- Antecedentes da lealdade e da permanência de alunos em uma

instituição de ensino superior (TIBOLA, 2010);

- A política de cotas da Universidade Federal do Tocantins: concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas (CARVALHO, 2010);

- Na trilha do Prouni: implantação, acompanhamento e perspectivas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina (KRAMES, 2010);

- Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa (SANTOS, 2009).

Nos textos examinados, em síntese, mesmo reconhecendo as especificidades das pesquisas, o enfoque sobre a permanência predomina sobre a questão dos estudantes em situação de vulnerabilidade, retratando-se suas dificuldades de permanecer nos estudos.

Cabe destacar na tese de Santos (2009) o conceito atribuído à permanência como o ato de “durar no tempo”, a seu ver, imbuído de possibilidades de constância e de transformação. A abordagem evidencia dois aspectos importantes para a compreensão do tema: o tempo da constância (capaz de promover a maturação dos estudos e das relações implicadas no processo) e o tempo da transformação (terminal e sinalizador de avanços). Assim sendo, a permanência revela as qualidades de determinado percurso, ao mesmo tempo em que indica outras passagens.

Por sua vez, a busca em artigos, livros ou capítulos de livro mostra que os estudos sobre a permanência se apresentam mesclados ou mesmo diluídos em temas correlatos, como evasão, assistência estudantil, estudantes de classe popular, entre outros, o que dificultou a apreensão exclusiva por meio da palavra “permanência”. Tal dispersão levou as pesquisadoras a uma seleção que priorizasse textos avaliados por elas como relevantes para a compreensão do tema e que enfatizassem o debate da permanência. Dessa forma, o que segue expõe esse material selecionado, com base em artigos e capítulos de livro⁵.

Nessa apuração, localizou-se um número significativo de estudos com foco na permanência de jovens de classes populares, num primeiro momento apresentados em bloco, a seguir.

Cruz Filho *et al.* (2010), ao pesquisarem as classes populares que integram universidades públicas no estado da Paraíba, identificaram as seguintes dificuldades para a permanência: custo de transporte; distância entre residência e universidade; deficiência de ensino referente ao grau anterior;

⁵ A coleta de dados sobre a produção textual do tema permanência faz parte das pesquisas que as autoras participam, no âmbito do Projeto OBEDUC 2012/Capes (“Políticas da expansão da educação superior no Brasil”) e da FAPEMAT (“Políticas de educação superior no Brasil pós-LDB/1996: impactos na região Centro-Oeste com enfoque no ingresso e permanência”).

filhos por cuidar; falta de incentivo familiar; falta de acompanhamento psico-acadêmico; falta de vocação ou identificação com o curso escolhido; medo de greves; falta de informações acadêmicas; desorganização da instituição; falta de professores; excesso de disciplinas por período; dificuldade de aquisição de material didático, livros ou cópias xerografadas; falta de subsídios para se manter na instituição; falta de tempo para estudar; dificuldade nas disciplinas e de acesso à *internet*. Enfim, um leque extenso e variado de indicadores, o que, em si, sinaliza a abrangência dos fatores explicativos para a permanência ou não do estudante.

Néres *et al.* (2010, p. 124), por sua vez, estudando a permanência na Universidade Federal de Rondônia, entendem que o estudante ingressante “[...] depende de um acolhimento por parte da mesma”, e que os fatores que contribuem para a não permanência na educação superior daqueles de origem popular ligam-se não apenas às condições econômicas, mas as que se relacionam a dificuldades que os estudantes têm para acompanhar os conteúdos de ensino, em razão de deficiências na formação escolar antecedente.

Nesse sentido, Silva *et al.* (2010, p. 136) também acreditam que: “[...] a permanência dos estudantes da universidade pública deve ser entendida como uma ação para além das de assistência, baseada, exclusivamente, em suas condições socioeconômicas.” Estaria, sim, ligada às condições estruturais da universidade, que dizem respeito aos aspectos culturais, políticos, esportivos, acompanhamento docente, salas, laboratórios, bibliotecas, etc. Isso considerando, a assistência estudantil, para os autores, envolve um conjunto de programas articulados.

Por seu turno, a pesquisa de Souza *et al.* (2010, p. 150) sobre as condições de ingresso e permanência de estudantes de origem popular na Universidade Federal do Amapá conclui que os mesmos “[...] estão conseguindo chegar a uma instituição pública, mas não estão conseguindo permanecer, pois os dados mostram que esses estudantes não têm dinheiro suficiente para manter-se na UNIFAP.”

A propósito dessa questão, vale ressaltar o estudo de Amaral (2013), indicando que somente os que residem em domicílios com renda *per capita* a partir de dois salários mínimos teriam condições de arcar com os gastos necessários para a manutenção dos estudos em uma instituição de ensino superior.

Teixeira (2011), estudando os universitários de origem popular da Universidade Federal de Sergipe, mostra que a chegada desse grupo à universidade se configura, para eles, como uma construção de longo tempo, entre tentativas e empreendimentos. Permanecer, por sua vez, não é menos

problemático, visto que requer acionar táticas, incluindo o uso daquilo que a instituição oferece, embora convivendo com a incerteza sobre a renovação de benefícios recebidos.

Zago (2006), nessa direção, pondera que a desigualdade de oportunidades é construída durante toda a vida escolar dos candidatos, e, portanto, para esses jovens, o ingresso na educação superior não é um acontecimento tão evidente ou natural. A seu ver: “O êxito no vestibular é sempre recebido com surpresa [...]” e a escolha do curso passa pelo que se mostra possível, ou seja, submete-se ao que represente menor chance de exclusão (p. 231). Adentrando na instituição formadora, o quadro se torna mais complexo:

Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas, etc.). (ZAGO, 2006, p. 235).

Vargas (2011), elegendo em sua pesquisa os egressos da Universidade Federal de Minas Gerais e as conexões entre assistência estudantil e a inserção profissional, mostra dados do INEP/MEC sobre os concluintes da educação superior, segundo as variáveis social e racial: em 2004, o percentual de brancos, asiáticos e ricos era maior entre os concluintes do que entre os ingressantes, enquanto o percentual de negros, pardos e pobres entre os ingressantes era maior do que entre os concluintes. Por sua vez, mostra que a diplomação teve efeito positivo para os egressos de classes populares, diminuindo ou amenizando a influência da origem social e oferecendo-lhes condições semelhantes no mercado de trabalho às obtidas pelos egressos de classes mais favorecidas. Também ficou evidenciado o impacto positivo da assistência estudantil, uma vez que os egressos beneficiados, participantes da pesquisa, concluíram os estudos e, ao portar o diploma, ascenderam socialmente em comparação com as suas famílias de origem.

Vargas e Paula (2011) focalizam os concluintes da educação superior, mostrando uma realidade em que: a) perde-se quase a metade dos alunos no percurso universitário; b) a proporção de concluintes vem decaindo discretamente; c) esse declínio se dá em meio à aplicação de políticas de inclusão e permanência no país. No bojo dessas questões, para as autoras, tem-se a realidade do estudante trabalhador e do trabalhador estudante, que enfrentam

dificuldades extremas para conciliar as atividades laborais e educacionais. O enfrentamento da problemática (dilema entre trabalho e estudo), do ponto de vista da implementação de políticas públicas, a seu ver, não tem se apresentado.

Outro bloco de estudos sobre a permanência considera aspectos gerais, não necessariamente particularizando sobre os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Num enfoque sobre os fatores que reduzem ou aumentam a evasão de estudantes, Silva (2013) acrescenta que: a) o risco de evasão é maior no início do curso e vai se reduzindo ao longo da trajetória acadêmica; b) fatores como reprovação, débito com a instituição, idade, sexo e distância geográfica aumentam a chance de evasão; c) estariam favorecendo a permanência fatores como: maior avanço no percurso, recebimento de bolsa, boas notas, participação em programa de nivelamento, entre outros.

Já Cunha e Carrilho (2005) estudaram em que medida as vivências acadêmicas dos ingressantes se relacionam ao seu rendimento e com o processo de adaptação no ensino superior, com foco no primeiro ano de um curso de Engenharia. Os resultados da pesquisa indicam que os estudantes com melhores vivências acadêmicas no campo das dimensões “pessoal” e de “realização acadêmica” apresentam rendimento escolar mais satisfatório. A seu ver, os resultados reiteram outros estudos que apontam que: “[...] a percepção de bem-estar físico e psicológico, autoconfiança e a percepção pessoal de competências cognitivas estão relacionadas positivamente com o rendimento acadêmico” (p. 221). Concluem sobre a importância da criação de espaços institucionais que visem à formação integral, de modo que o emocional e o cognitivo sejam incluídos.

Vieira (2012, p. 224), por sua vez, associa o debate da permanência ao cotidiano universitário e ao fazer acadêmico, traduzido pela “estrutura física e laboratorial, acervo bibliográfico, patamares salariais condizentes, estímulos presentes na carreira, funcionamentos dos Conselhos, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, financiamento público compatível [...]”. Contudo, mesmo prezando essa estruturação geral da instituição, mesmo sem restringir a permanência à assistência estudantil, concebe-a como articulada ao combate de desigualdades socioeconômicas. Há nesse entendimento um ponto de mediação, que reconhece o papel da assistência estudantil no tratamento da questão social, mas vislumbra a necessidade da universidade (e a sociedade) estruturar-se para atender satisfatoriamente ao coletivo.

No geral, pode-se destacar da produção de pesquisas, ressaltando-se as limitações da busca efetuada: a) incidência de estudos sobre fatores que

procuram explicar a não permanência do estudante, seguidos dos pressupostos necessários para que o abandono seja evitado; b) predominância dos estudos de caso⁶ (por curso, por instituição), os quais apontam para variados fatores explicativos do abandono, desde o que se liga à condição econômica e cultural do estudante ao que a instituição (in) disponibiliza estruturalmente; c) indicação de que a permanência dos estudantes oriundos de classe popular se condiciona ao suprimento material e ao acompanhamento e conhecimento de sua situação acadêmica e social; d) ênfase às relações afetuosas na academia, que atuariam como antídoto no enfrentamento de adversidades do percurso acadêmico.

Em síntese, apurou-se que os estudos mais recorrentes elegem a assistência estudantil como vital para a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A permanência normatizada: em cena a assistência estudantil

O exame de documentos nacionais que se ocupam da permanência e da assistência estudantil mostra o seguinte quadro sintético, ao serem destacados os propósitos fundamentais da política pública a que se refere:

- Decreto 6.096, de 24/04/2007 (REUNI): trata da expansão do acesso e da permanência das universidades federais, no nível de graduação, segundo o objetivo de “melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes” (art. 1º). O Decreto menciona como uma das diretrizes (art. 2º) a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.

- Portaria Normativa nº 39, de 12/12/2007: institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), justificado “como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal”. As ações ali previstas são: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, devendo contribuir “para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (art. 2º).

- Decreto nº 7.234, de 19/07/2010: dispõe sobre o PNAES, definindo

⁶ Araújo (2013) explica que pesquisas que configuram estudos de caso podem ser mais incidentes inclusive porque, até o momento, o sistema federal não oferece condições efetivas para identificar o fluxo acadêmico de cada estudante, do início ao fim do percurso, o que seria viável pelo registro do seu CPF. No entanto, pondera que tal indicador está sendo estruturado pelas diretorias do INEP/MEC.

como objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens”; “minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior”; “contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (art. 2º). Sob esse norte, elege como público prioritário os “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio” (art. 5º).

- Portaria nº 389, de 09/05/2013: define o Programa de Bolsa Permanência com vistas ao atendimento de estudantes em “situação de vulnerabilidade socioeconômica” (em especial estudantes indígenas e quilombolas), tendo como objetivo “promover a democratização do acesso ao ensino superior por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico”, além de “reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil” e “minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (art. 3º). Estabelece o a renda familiar *per capita* não superior a 1,5 salário mínimo como um dos critérios para receber a bolsa.

Na legislação que menciona a permanência percebe-se um entendimento prevalente de que para o estudante permanecer na educação superior há de se fazer investimentos em assistência estudantil. Por sua vez, a assistência estudantil é, sobretudo, associada (ou destinada) ao estudante de baixa renda e se apresenta visando enfrentar a desigualdade social. Desse modo, estrategicamente, estaria se garantindo a permanência desse estudante na educação superior.

Nessa linha, é oportuno mencionar, ainda, a Lei 12.711, de 29/08/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. A Lei define que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservem, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O art. 1º, parágrafo único destaca: “No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.” Assim sendo, reforça-se o critério de baixa renda para o ingresso, o que, por efeito, remete ao amparo desse estudante pela via da assistência, visando a sua permanência.

Do que foi examinado na literatura produzida sobre o tema e na do-

cumentação normativa é possível sintetizar o entendimento de permanência em duas direções.

Numa via, se expressa um discurso que liga a permanência à assistência estudantil, e, nesse sentido, visa ao atendimento do estudante em situação de vulnerabilidade, baixa renda, carência material, com base no filtro econômico familiar de 1,5 salário mínimo. Portanto, predomina a ideia de inclusão do segmento de baixa renda, associando a permanência do estudante a sua assistência material, embora sem deixar de considerar certas vivências acadêmicas que convirjam para sua formação.

A outra direção acerca do entendimento de permanência foi localizada em textos acadêmicos, agregando um novo elemento: o que destacava a necessidade de primar-se por adequadas condições gerais nas instituições formadoras (estrutura física e laboratorial, acervo bibliográfico, salário docente digno e estímulos na carreira, democracia interna, funções articuladas entre ensino, pesquisa e extensão, financiamento público compatível às necessidades, sistema de acolhimento e tratamento emocional-pedagógico ao estudante, etc.). Em outras palavras, trata-se de um conjunto de ações qualificadoras (de caráter institucional ou de políticas públicas ampliadas) e que consideram o universo dos discentes. Nesse sentido, a permanência não se restringe a medidas de assistência estudantil, ainda que não se deixe de reconhecer sua pertinência e valor para o combate às situações de desigualdades socioeconômicas.

Teias conclusivas

Como visto, embora as perspectivas de entendimento de permanência apareçam com ênfases distintas, podem ser conciliáveis, não necessariamente sinalizando para exclusão ou exclusividade.

Permanecer envolve fatores de ordem material e/ou simbólica, que podem corresponder a desejos e interesses afetos ao estudante, aos relacionamentos que se estabelecem na academia, a características da instituição formadora, a situações pessoais ou familiares, entre tantos outros. Não menos importante, a assistência estudantil guarda a particularidade de considerar fatores socioeconômicos e culturais diretamente afetos ao estudante em situação de carência material.

Assim, interpreta-se que, salvo situações determinadas por carências materiais (que, há de se reconhecer, indicam predominância), a permanência pode independe da assistência estudantil. Por sua vez, a assistência estudantil atrela-se à permanência por almejá-la e nela justificar-se. Tais discernimentos

são importantes porque fazem atentar à diversidade de situações que compõem a realidade em tela. Quer dizer, assistência estudantil é essencial para a permanência, considerando os múltiplos casos de carência material; por sua vez, ações gerais qualificadoras de ensino-aprendizagem são importantes para todos, podendo incidir na decisão de permanência, inclusive atenuando a violência da condição material.

Vale reiterar que, nesse bojo, é revelador o “retrato da educação superior”, o qual permite considerar a assistência estudantil vital para a permanência do estudante na educação superior pública. Fala por si o universo dos estudantes egressos do ensino médio e o dos que encontram na educação superior uma porta de entrada (ou, no contraponto, emblematicamente, uma porta que se fecha). São igualmente ilustrativos os números sobre a não permanência na educação superior, remetendo à análise de que, mesmo tendo crescido os recursos financeiros para fins de permanência, eles parecem longe de contemplar às necessidades postas na realidade.

Assim sendo, é importante atentar à articulação entre a política de permanência e os programas de expansão e de ingresso na educação superior, os quais impactam sobre vagas, situações de mobilidade e perfil do ingressante. É o caso do REUNI (pelo crescimento de vagas e de cursos); do SISU, pelo estímulo à mobilidade estudantil; e de programas de ingresso por meio de ações afirmativas, acarretando situações inéditas para muitas universidades federais, o que se torna contundente, considerando o volume de estudantes ingressantes oriundos das camadas populares.

Tais programas estão na agenda das universidades federais, gerando a necessidade de maior aporte de recursos destinados à assistência estudantil. Sem dúvida, trata-se de uma prioridade, mas que não deveria ser vista como via única, porque, dada a movimentação e a complexidade da vida acadêmica, surgem novas, diversificadas e urgentes demandas, as quais podem impactar diretamente na situação de permanência dos estudantes.

Referências

AMARAL, N. C. A Educação Superior Brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 36., 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2013. Sessão Especial. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 19 dez. 2013.

ARAÚJO, C. B. Z. M. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVER-

SITAS/BR 2012: expansão, acesso e igualdade social, 20., 2012, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2012. 1 CD ROM.

_____. Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2013. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso em: 02 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da educação superior*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

CARVALHO, D. D. A. de. *A política de cotas da Universidade Federal do Tocantins: concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas*. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CAVALCANTE, M. C. L. P. *Políticas de Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006)*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

CRUZ FILHO, A. P. *et al.* Estudantes das classes populares na universidade pública: da alegria do acesso à angústia da permanência. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (Orgs.). *Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 67-78.

CUNHA, S. M.; CARRILHO, D. M. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 9, n. 2, p. 215-225, 2005.

DUARTE, S. R. S. *O perfil étnico-racial dos (as) ingressantes de 2009 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: uma contribuição para a análise, proposição e implementação de medidas de ações afirmativas*. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

KRAMES, I. P. *Na trilha do Prouni: implantação, acompanhamento e perspectivas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina*. 2010. 131 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MESADRI, F. E. *Políticas educacionais: a trajetória de estudantes para o acesso à educação superior*. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Cen-

tro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

NÉRES, A. A. da S. *et al.* Condições de permanência na Universidade Federal de Rondônia. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (Orgs.). *Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 121-130.

RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). *Cadernos do GEA*, Rio de Janeiro, n. 4, jul./dez. 2013.

SANTOS, D. B. R. *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, I. M. F. da *et al.* Os desafios da permanência qualificada na universidade. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (Orgs.). *Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 131-138.

SILVA, G. P. da. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. *Revista Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 311-333, jul. 2013.

SOUZA, A. L. de. Estudantes de origem popular na Universidade Federal do Amapá: permanência. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (Orgs.). *Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 147-162.

TEIXEIRA, A. M. F. Jovens universitários de origem popular: caminhos entre o acesso e a permanência na universidade pública. In: CHARLOT, Bernard (Org.). *Juventude popular e universidade: acesso e permanência*. São Cristóvão: Editora UFS, 2011, p. 39-72.

TIBOLA, J. A. *Antecedentes da lealdade e da permanência de alunos em uma instituição de ensino superior*. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. de. Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34, 2011, Natal. *Anais...* Natal: Centro de Convenções, 2011. Disponível em: <www.anped11.uerj.br/34anped.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

VARGAS, M. de L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. *Revista Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v. 16, n. 1, p. 149-163, 2011.

VIEIRA, P. A. dos S. Ação afirmativa, assistência estudantil, bolsas de estudos e matrizes curriculares: desafios para o ensino regular de graduação da UNEMAT.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; SILVA, Maria das Graças Martins da (Orgs.). *As políticas de democratização da educação superior nos estados do Rio de Janeiro e de Mato Grosso*. Produção de pesquisas e questões para o debate. Cuiabá: Editora da UFMT, 2012, p. 209-228.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio/ago. 2006.

Data de recebimento: 14.02.2016

Data de aceite: 16.06.2016